



EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO QUILOMBO DA MOCAMBO: ESCRITAS DE MULHERES AFRO-GAÚCHAS

Daniela Rodrigues Espíndola¹

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestranda em Educação (PPGEDU),
Faculdade de Educação, Porto Alegre, RS, Brasil.*

Eráclito Pereira²

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Departamento de Ciências da Informação, Porto Alegre, RS, Brasil.*

Resumo: Objetiva-se analisar escritas de mulheres negras quilombolas da cidade de Porto Alegre, notadamente do Quilombo da MOCAMBO, espaço de preservação de memórias da diáspora africana em Porto Alegre/RS, como repercussão de pesquisa realizada no Mestrado em Educação. O resultado da análise está na comprovação do Quilombo como local de experiências educativas singulares, expressas nas estratégias quilombolas de elaboração e compartilhamento de expressões linguísticas comunitaristas como “Mocambo” e “Arredores”. Os referenciais analíticos estão no projeto da Educação das Relações Étnico-Raciais, na Interculturalidade e nos aportes do pensamento-ação de mulheres negras. Utiliza-se a escrita de cartas das lideranças femininas de distintas gerações, marcadas pelo afeto e coletividade.

Palavras-chave: Educação; Mulheres Quilombolas; Patrimônio; Relações Étnico-Raciais.

EDUCATIONAL EXPERIENCES AT QUILOMBO DA MOCAMBO: THE WRITING OF AFRO-GAÚCHAS WOMEN

Abstract: The objective of this work is to analyze writings by black quilombola women from the city of Porto Alegre, notably from Quilombo da MOCAMBO, a space for preserving memories of the African diaspora in Porto Alegre/RS, as a result of research carried out in the Master's in Education. The outcome of the analysis reveals the quilombo communities as a place of unique educational experiences, expressed in quilombola

¹ Quilombola do Quilombo da MOCAMBO; Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre; Especialista em História Africana e Afro-Brasileira; Especialista em Alfabetização e Letramento; Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS); E-mail: danielaespindola@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0561-5174>.

² Museólogo; Mestre em Patrimônio Cultural; Professor Adjunto no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS); E-mail: eraclito@ufrgs.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2348-8104>



strategies of elaboration and sharing of linguistic expressions usual to this community, such as “Mocambo” and “surroundings”. The analytical references are in the Education of Ethnic-Racial Relations Project, in the Interculturality and in the contributions of thought-action of black women. The letters written by female leaders from different generations were also used, since they are marked by affection and collectivity.

Keywords: Education; Quilombola Women; Patrimony; Ethnic-Racial Relations.

EXPERIENCIAS EDUCATIVAS EN QUILOMBO MOCAMBO: ESCRITOS DE MUJERES AFRO-GAÚCHAS

Resumen: El objetivo es analizar los escritos de mujeres quilombolas negras de la ciudad de Porto Alegre, en particular del Quilombo MOCAMBO, espacio de preservación de la memoria de la diáspora africana en Porto Alegre/RS, como impacto de una investigación en Máster de Educación. El resultado del análisis es la confirmación del Quilombo como lugar de experiencias educativas únicas, manifestadas en estrategias quilombolas de elaboración e intercambio de expresiones lingüísticas comunitarias como “Mocambo” y “Cercanías”. Los referentes analíticos se encuentran en el proyecto de Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, en la Interculturalidad y en los aportes de pensamiento-acción de las mujeres negras. Se utiliza la redacción de cartas de líderes femeninas de diferentes generaciones, marcadas por el afecto y la colectividad.

Palabras-clave: Educación; Mujeres quilombolas; Patrimonio; Relaciones Étnico-Raciales.

DES EXPÉRIENCES ÉDUCATIVES DANS LE QUILOMBO DU MOCAMBO: LES ÉCRITS DES FEMMES AFRO-GAÚCHAS

Résumé: L'objectif est d'analyser les écrits des femmes quilombolas de la ville de Porto Alegre, notamment du Quilombo da MOCAMBO, espace de préservation des mémoires de la diaspora africaine à Porto Alegre/RS, comme répercussion de recherche effectuée dans la Maîtrise en Éducation. Le résultat de l'analyse est basé sur des preuves du Quilombo comme un endroit d'expériences éducatives uniques, exprimées dans les stratégies quilombolas d'élaboration et de partage d'expressions linguistiques communautaires comme "Mocambo" et "Environs". Les références analytiques sont dans le projet de l'Éducation aux relations ethniques-raciales, dans l'Interculturalité et dans les contributions du pensée-action des femmes nègres. L'écriture de lettres de femmes leaders de différentes générations est utilisée, marquée par l'affection et la collectivité.

Mots-clés: Éducation; Les femmes quilombolas; Patrimoine; Relations ethniques-raciales.

INTRODUÇÃO

Nossas/os mais velhas/os já retornaram ao encontro das/dos nossas/os ancestrais, e aqui prestamos homenagem a sua existência e agradecimentos pelas contribuições individuais e coletivas, que possibilitaram construir uma trajetória que ainda não acabou. Tematiza-se as estratégias das lideranças femininas negras quilombolas do Quilombo da



MOCAMBO, notadamente na elaboração de práticas de preservação da memória afro-gaúcha, na qualidade de patrimônio imaterial, associadas a um paradigma educativo estruturado na diáspora africana pelo movimento negro organizado e propulsor do projeto da Educação das Relações Étnico-Raciais. O texto se produz a partir da experiência de escrita de cartas realizada por três mulheres quilombolas da MOCAMBO, representantes de três distintas gerações.

A história da Associação Remanescente de Quilombo Amigos e Moradores da Cidade Baixa e Arredores ou Quilombo da MOCAMBO é marcada, desde seu início, por lutas e processos de resistência da parte de seus integrantes e dos antepassados que lhes antecederam, destacando o protagonismo das mulheres negras. Reafirmamos que historicamente os quilombos como “símbolo máximo de resistência [...]” e [...] principal elemento a desgastar o sistema escravista no país, [...] entre outros atos que se empenharam em desestabilizar a norma imposta” (BATISTA, 2019, p. 399).

A desestabilização como fato do passado não é diferente do que ocorre hoje com o aquilombamento de negros em várias regiões do Brasil a fim de praticar a resistência ao sistema que está posto, escolha reiterada igualmente nas práticas da MOCAMBO. Essa escolha tem a participação fundamental das mulheres quilombolas que só tiveram como opção assumir a liderança e o rumo emancipatório de suas vidas e de suas famílias, num efetivo exercício de matriarcado, tomando a posição de protagonistas de suas histórias para criarem seus filhos, apesar de todas as adversidades encontradas pelo caminho.

A escolha de contar essa história, exaltando a importância do matriarcado na organização do Quilombo da MOCAMBO, de forma alguma desqualifica a presença dos homens negros do quilombo, também essenciais para a sua construção. A participação nos espaços onde o povo negro circulou e ainda circula, só reforçou a ideia de desenvolvimento de um projeto voltado à memória de nossos antepassados e ao culto à ancestralidade, centrado no acolhimento e na proteção dos seus, além de estender os braços aos amigos da vizinhança e dos arredores que necessitassem. É importante compreender que essa escrita se dá pela necessidade de apresentar a MOCAMBO e as experiências de lutas vivenciadas por suas mulheres não somente como uma exposição pela simples demonstração do que ocorre naquele espaço com elas, mas, sim, na qualidade de busca por contar um pouco da história de Porto Alegre escrita por mãos negras, como sustenta Beatriz Nascimento (2021).



Ressalta-se que as quilombolas aqui citadas são mulheres que se destacam pela oralidade, visto que são pessoas acostumadas a lidar com o público, seja em sala de aula, seja em debates e reivindicações junto aos órgãos públicos; mas igualmente se destacam pela produção intelectual registrada em documentos do Quilombo da MOCAMBO, em petições e outras documentações necessárias ao longo da construção do reconhecimento como quilombo pela Fundação Palmares. Conforme Frantz Fanon (2020, p. 31), “falar é existir absolutamente para o outro”. Apesar do escritor se referir mais especificamente a exemplos da linguagem falada, certamente tal afirmação se encaixa para a expressão escrita, pois quem “possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (p. 32).

Esta particularidade faz com que possamos considerar a estratégia política alicerçada na preservação da memória como patrimônio cultural reiterado através de práticas educativas marcadas pelo comunitarismo, pelo afeto e pelo acolhimento como princípios pedagógicos gestados na matriarcalidade própria da diáspora africana no Brasil.

Destaca-se que nossa abordagem está ancorada no pensamento quilombola contracolonial (SANTOS, 2021), no pensamento de mulheres negras (hooks, 2017, 2020a, 2020b; GONZALEZ, 2020) e na área do patrimônio cultural (CUNHA JUNIOR, 2012).

QUILOMBO DA MOCAMBO E ESCRITAS DE MULHERES NEGRAS

Localizado no bairro Cidade Baixa, uma parcela da urbanidade reconhecida como território negro na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, o Quilombo da MOCAMBO é um quilombo que recebeu, no final de 2023, a certificação da Fundação Cultural Palmares ainda que suas raízes tenham sido aí fixadas desde 2004. Além disso, está situado em frente ao Largo Zumbi dos Palmares e se avizinha com o Monumento ao líder Zumbi. Apesar de ocupar o espaço em 2004, a história da formação do quilombo surge ainda na Capela de Santana, no então Distrito de São Sebastião do Caí e, conforme a professora e mestra griô Maria Elaine Rodrigues Espíndola, liderança do Quilombo da MOCAMBO, suas familiares oriundas daquele distrito, hoje município, Maria Eulália Rodrigues (mãe) e Romilda Rodrigues (tia) tiveram expressiva importância para a construção do quilombo. Após o falecimento do pai de Maria Elaine, sua mãe casa-se com o pai de seus outros cinco irmãos, mas depois de sua separação,



acaba vindo morar em Porto Alegre. Ainda que residisse em outra cidade, a convivência com a avó materna que permaneceu no interior, Maria Alaíde, não cessa e é com ela que a mestra griô aprende sobre ervas e plantas. A vinda para a cidade também passa por outro laço familiar de Maria Elaine: o casamento da tia materna Romilda Rodrigues com o tio João Florêncio Rodrigues, cujo trabalho foi transportar tijolos para a construção do Estádio Beira Rio, do time de futebol Sport Club Internacional, assim como para o Edifício Santa Cruz na região central de Porto Alegre. A circulação da família, suas idas e vindas para a Capital provocou a necessidade de fixar moradia em Porto Alegre, mas não sem antes pensar em espaços próximos para que a rede de apoio familiar permanecesse constituída.

Já na capital, estabelecendo laços de amizade e compadrio com outras famílias negras, além do casamento de Maria Elaine com Cláudio Carvalho Espíndola, integrante carnavalesco que apresentou a Academia de Samba Praiana à família, novas relações foram se construindo dentro do espaço da escola de samba, fundada em 10 de março de 1960 e que se consolidou como a Escola Pioneira em luxo e por introduzir no carnaval de Porto Alegre o conceito de alas ao desfile, seguindo o modelo do carnaval carioca. A Ala Verde que te Quero Rosa, fundada por Maria Eulália na década de 1970, traduziu a paixão da família pelo carnaval; mas, além de proporcionar momentos de alegria, a união desse grupo também proporcionou reflexões por parte de seus componentes a respeito de questões sociais, na busca por melhores condições de vida, educação, habitação, enfim, condições mínimas de dignidade para sobreviver. Na década de 1990, o mesmo grupo fundou a Associação Comunitária Amigos e Moradores da Barão do Gravataí (ACAMBAGRA), na rua Barão do Gravataí, Cidade Baixa.

A partir do destaque nas discussões inerentes à raça/cor/direitos, ou seja, nas questões sobre políticas públicas voltadas à população negra, o nome MOCAMBO ganha visibilidade, vai sendo incorporado e substituiu a sigla acima elucidada como ACAMBAGRA. Com a modificação do nome e da sigla, igualmente ocorreu a mudança de local: sua nova sede passou a ser na Rua João Alfredo, 503, também na Cidade Baixa, permanecendo até o ano de 2015 quando o local foi atingido por um incêndio. A sede atual está localizada no mesmo bairro e, apesar da diáspora ocorrida ao longo dos anos, é importante demarcar que para seus integrantes a Cidade Baixa sempre teve grande parcela de significância, visto que as suas andanças frequentemente estavam relacionadas a ela, inclusive o carnaval. Desta forma, a luta de permanência no espaço é



justificada pela questão de identidade cultural e criação de laços de amizade, comunitarismo e bem-viver.

O Quilombo da MOCAMBO, como anteriormente referido, tem na sua proximidade dois símbolos da resistência e existência do povo negro no bairro: o Largo Zumbi dos Palmares, situado a sua frente, e o Monumento a Zumbi, simbolizado por uma lança, a sua direita. Além de ser espaço de presença negra, a Cidade Baixa foi e ainda é palco para a cultura negra, pois aconteceram desfiles carnavalescos e carnaval de rua no local. É muito importante ressaltar, pelo histórico dos integrantes da MOCAMBO, que no período dos festejos carnavalescos, durante os desfiles oficiais das Escolas de Samba de Porto Alegre eram instaladas arquibancadas móveis bem em frente à MOCAMBO para que a população pudesse apreciar todo o espetáculo.

Na MOCAMBO acontecem várias atividades e mesmo que seu espaço esteja precarizado devido à ação de intempéries, ao vandalismo e à falta de políticas públicas para garantir seu fomento e subsistência, no decorrer dos anos, excetuando o período da pandemia, muitas atividades acontecem nesse território, que já recebeu e continua recebendo estudantes de escolas públicas, membros do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, amigos e moradores da Cidade Baixa e arredores, como está registrado em seu próprio nome.

A trajetória do QUILOMBO da MOCAMBO e suas lutas também ocorre em espaços governamentais das esferas municipal, estadual e federal, tais como no Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE-RS), Ministério Público do Trabalho - MPT/RS, Conselho de Saúde de Porto Alegre e Orçamento Participativo. Além disso, estabelece parcerias com outros grupos da sociedade civil, tais como Grupo de Trabalho Angola Janga, Fórum do Programa Fome Zero, Acampamento Farroupilha e Sindicato dos Engenheiros- SENGE/RS, entre outros. Nesses espaços, as mulheres estão sempre presentes levando as pautas de reivindicações de sua comunidade. Muitas dessas questões envolvem a diáspora que sofreram ao longo do tempo com suas famílias, o que acarretou a moradia em lugares precarizados.

A diáspora, embora tenha significado a retirada forçada dos povos africanos de seus territórios para serem cativos, afastando famílias, privando liberdades e deixando marcas indeléveis historicamente - sobretudo por ter havido crime contra a humanidade -, obrigou-os a criarem alternativas para sua reconstrução identitária. Nesse exercício, foram produzidos novos modos de relacionamento, agora não mais baseados no



território ao qual cada pessoa pertencia, mas, sim, fundamentados em outras referências que garantiram uma nova estruturação e recomposição social dos sujeitos. A memória dos cativos, conforme José Rivair Macedo (2016), fez que os mesmos produzissem uma história própria, original, e foi a base para essa construção. Apesar da ruptura sociocultural houve uma nova modelação a partir da origem de matriz africana, mas esta foi cunhada nas novas trocas e compartilhamentos identitários. Assim, define-se que encontram-se:

[...] diferentes camadas de africanização, pelas quais as práticas tradicionais ancestrais foram sendo recorrentemente atualizadas. Por outro lado, na temporalidade longa da estrutura escravocrata foram criadas frestas que se tornaram espaços possíveis de reorganização social, através das relações de parentesco que atualizavam identidades novas, das festas e rituais religiosos dos calundus, das irmandades negras e associações informais de socorro mútuo e, enfim, mas não menos importante, da recriação de espaços plenos de liberdade nos quilombos e mocambos que se foram espalhando por todo o território colonial em que houve circulação e fixação de cativos, como novas Áfricas a todo instante reinventadas e fortalecidas na memória ancestral que o cativo jamais conseguiu apagar. (MACEDO, 2016, pp. 30-31).

O Quilombo da MOCAMBO, na qualidade de organização com princípios comunitaristas, possui em sua trajetória a busca pela garantia de direitos essenciais à sua comunidade e à cidade de Porto Alegre, propondo através do debate e da cobrança junto aos governos, políticas públicas que possam garantir a inclusão do povo negro. Os princípios comunitários estão presentes e são preservados como referencial de vida, visto que constituem modo de resistência negra, onde o quilombo passa a ser compreendido como representante máximo de luta e resistência, em busca da terra comunitária e liberdade em toda a Diáspora Africana nas Américas. Outrossim, configura-se como espaço de memória, representação e produção do simbólico e constitui-se como um patrimônio cultural que compõe a espacialidade urbana das populações negras porto-alegrenses.

Por patrimônio cultural compreendemos o conjunto de bens materiais e imateriais, saberes e fazeres indissociáveis que se materializam em expressões físicas daquilo que simbolizam e cuja manifestação é percebida por um grupo social como um elemento que o identifica e ao qual se atribui sentido afetivo, de pertença e de partilha. Ressaltamos que o patrimônio cultural tem diversas relações com a identidade cultural, e seu conceito obteve avanços significativos nas últimas décadas, ultrapassou a ideia de monumentalidade, sendo agora compreendido como um conjunto de bens no qual estão



contidas as manifestações humanas, seus testemunhos, suas perspectivas e suas identidades coletivas.

Destarte, trata-se da relação dos membros de um coletivo com o território possibilitando a construção de uma nova prática social e fortalecendo a identidade da comunidade por meio dos repertórios culturais dos seus membros. Sobre isso, Guarnieri (2010, p. 150) destaca que:

A relação do homem com seu meio, seja em termos de mera apreensão da realidade, seja de ação sobre essa mesma realidade, implica realização humana em termos de consciência, de consciência crítica e histórica, de consciência possível. O homem é o ser que se realiza criticamente, historicamente; ao realizar-se, ele constrói sua história e faz sua cultura.

A MOCAMBO caracteriza-se por ser uma associação quilombola conduzida por lideranças femininas e negras que cultivam a sagrada arte de contar histórias, tal como nos diz hooks em seu livro *Ensinando pensamento crítico: sabedoria e prática*. Para hooks, "contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade, dentro ou fora da sala de aula." (2020a, p. 89). A autora diz que, de acordo com o pensamento do dominador, acreditava-se que quem se baseasse em uma história pessoal para servir de evidência na defesa ou para confirmar uma ideia não poderia ser intelectual, sinalizando que a pessoa não estava se baseando em fatos comprovados e, além disso, não seria científica o suficiente.

hooks (2020a) destaca que as histórias encantam e seduzem por terem um elemento mágico multidimensional e afirma já ter contado muitas histórias ao escrever textos sobre raça e classe e teoria feminista. A pensadora afirma que "lembrar de histórias é uma ferramenta essencial para pensadores e escritores. Em vez de supor 'penso, logo existo', gosto de pensar que sou porque a história é" (p. 90). hooks congrega a ideia de que as histórias possam proporcionar (e por que não despertar?) a noção de comunidade entre quem as partilha. As lideranças da MOCAMBO contam a história (pessoal, mas entrelaçada com a história da cidade) porque faz parte de suas realidades.

Observa-se as trajetórias dessas mulheres do QUILOMBO da MOCAMBO, que há muitos anos se unem aos familiares e amigos seja na confecção de fantasias e adereços para o carnaval, ensinando em forma de arte o amor por esta cultura aos filhos e netos a cada lantejoula bordada nas peças, seja no preparo e compartilhamento de alimentos como o mocotó, o sopão, a feijoada e a canjica, pratos de origem africana incorporados



à culinária afro-gaúcha, seja nas rodas de conversa onde ensinamentos sobre as ervas medicinais são compartilhados para todos da comunidade, entre outros exemplos, percebe-se que pelo percurso delas.

Tal observação nos faz considerar que são ao mesmo tempo lideranças unidas por relações de consanguinidade (avós, mães, irmãs, primas, tias, netas) e de compadrio (amigas, vizinhas, companheiras de estudo, trabalho ou luta social). Não há como deixar de aproximar as suas histórias com os relatos de personagens negros documentados e narrados no livro *Pessoas comuns, histórias incríveis* (SILVA *et al.*, 2017), onde a luta de negros escravizados se associou a luta dos libertos em busca de respeito e de um lugar na sociedade no Rio Grande do Sul. A compilação de trajetórias reunidas nesta publicação demonstra a capacidade de protagonismo e de estratégias, destacadamente das mulheres negras, para construir possibilidades de emancipação e inserção social. São estratégias que estruturam práticas de um movimento que se organiza e educa através da oralidade e da escrita, produzindo patrimônio cultural para si, para a comunidade negra e para toda a municipalidade.

Conforme Fernanda Oliveira da Silva *et al.* (2017, p. 31),

[...] as escolhas dos compadres e comadres poderiam recair sobre livres, libertos ou escravos, sendo que as tendências mudaram de acordo com o tempo e lugar. Retirados de sua terra natal, introduzidos em um mundo novo e hostil, africanos e africanas tentavam recriar os laços de parentesco e amizade que foram rompidos pelo tráfico.

Se formos pensar a respeito dessas realidades, ainda há a busca pelo reconhecimento e respeito em pleno 2024, as histórias apenas mudam de século, mas conservam muitas semelhanças como no fato de que durante o período da escravização havia a recriação de laços familiares entre os escravizados, que escolhiam outros cativos e libertos para serem padrinhos de seus filhos.

O objetivo desta ação era estender as relações sociais por meio do compadrio e do apadrinhamento, obter parentes espirituais e garantir maior segurança para o crescimento e o cuidado dos seus filhos. Trata-se de um acordo de compadrio que recorda as ações das mulheres quilombolas da análise em andamento, porque no Quilombo da MOCAMBO o acolhimento é feito não apenas aos parentes, mas também aos amigos e àqueles que se achegam procurando abrigo. Esta é uma prática histórica do povo africano durante a diáspora e em nosso quilombo também.



Macedo (2016) detalha ainda mais o que significa a diáspora negra ou africana, agregando o sentido de deslocamentos e de estabelecimento de relações transnacionais, transculturais, além de afinidades e solidariedade negra extranacionais. O pertencimento transcontinental, foi o estímulo para que houvesse, no século XX, expressivos movimentos de valorização dos povos negros afro-americanos e africanos, seja na luta de direitos civis, seja na emancipação diante do racismo e colonialismo, como, por exemplo o Pan-africanismo e a negritude.

A negritude e o Pan-africanismo são expressões no campo do pensamento e da política que traduzem modos de viver e de saber visceralmente produzidos no contexto histórico da intelectualidade negra que parte das colônias francesas em África e América para estudar na Europa e ali postulam movimentos que afirmam identidades, corporeidades, epistemologias próprias. São discursos sobre a diáspora na perspectiva da construção da liberdade e da solidariedade, sobretudo da unidade entre comunidades e nações nelas forjadas. É o caso da comunidade instituída através do Quilombo MOCAMBO, cuja necessidade de desagregação territorial nunca significou o fim do desejo de estabelecer laços solidários, desde os corpos até as associações políticas. Assim como África de alguma forma tornou-se referência identitária no projeto pan-africanista, o reconhecimento como Quilombo, em 2023, extravasou o sentimento de pertencimento comunitário construído pela matripotência das lideranças femininas da MOCAMBO, capazes de recolher pessoas e grupos em arredores e compadrios.

A respeito do processo de perda e desterritorialização ocasionada pela diáspora, que afastou do povo negro africano a possibilidade de organização política, cultural, econômica e social próprias, os quais estavam acostumados, Macedo (2016) explica que os africanos passaram a considerar a África como referência identitária, isso após terem perdido sua liberdade, serem aprisionados tanto em guerras ou vendidos, acarretando a perda de liberdade na África. Posteriormente, no Novo Mundo, o mesmo ocorreu, onde também foram levados contra a sua vontade, na condição de cativos, sem a possibilidade de inserção social. A esse processo vincula-se a resistência formada em preservação de integridade, tanto física quanto moral dos seus próprios corpos e do coletivo, que conservavam a memória e a lembrança de valores ancestrais, pois, agora, a África se tornava uma referência de identidade para essas pessoas.

São essas memórias pessoais e reminiscências junto aos que já se foram que pretendemos evidenciar no processo de escrita das cartas enquanto partilha de trajetórias



que aproximam essas mulheres, inspirados em bell hooks (2020a) ao tratar a necessidade de oferecer um ponto de entrada em comum.

O entendimento que buscamos aqui com a análise da escrita de cartas de mulheres quilombolas, se dá a partir das histórias pessoais que essas mulheres trazem e que se unem em laços familiares e na MOCAMBO, mas cada uma enxergando através dos olhos das diferentes gerações e das diferentes impressões que cada uma tem para, nesse sentido, pensar criticamente sua realidade. Este fio conduzido por gerações e transmitido notadamente pelas lideranças femininas é parte de uma estratégia educativa de combate ao racismo pela preservação do legado ancestral transformado em patrimônio que se territorializa nos corpos e no solo sagrado onde essas memórias são assentadas, seja de forma escrita ou pela oralidade.

SABERES ORGÂNICOS NAS ESCRITAS DE MULHERES DA MOCAMBO

O objetivo desta escrita é fazer germinar as palavras, tal como afirma Santos (2021), e fazê-las serem ressignificadas. Por isso, entendemos a pesquisa que as evocou como parte integrante de um “saber orgânico”, buscando por novas epistemologias no meio acadêmico e trazendo um reconhecimento negligenciado aos saberes e conhecimentos ancestrais negro-brasileiros. Utilizamos a terminologia de Santos (2015), que define os nossos saberes como sendo orgânicos ao refutar a classificação dos “colonialistas”, que denominam nossos saberes como empíricos e populares. Como contraponto, Santos afirma que os saberes que essas mesmas pessoas produzem e classificam como científicos, ele os classifica como “saberes sintéticos”.

Entendemos ser relevante na apresentação deste trabalho o aprofundamento da ideia dos princípios comunitaristas no Quilombo da MOCAMBO, baseados nas ideias propostas por Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 41), que ao falar sobre as manifestações culturais dos povos no livro *Colonização: quilombos modos e significações*, argumenta que essas são geralmente organizadas em estruturas circulares, com a participação de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, além de número ilimitado de participantes. Isso significa que são organizadas partindo de fundamentos e princípios filosóficos comunitários, verdadeiros ensinamentos de vida. Nesta perspectiva suas palavras fazem



sentido para nossa pesquisa, haja visto que essas manifestações culturais se desenvolvem de forma integrada, "do individual para o coletivo (onde as ações e atividades desenvolvidas por cada pessoa são uma expressão das tradições de vida e de sabedoria da comunidade)" (SANTOS, 2015, p. 42).

Exemplo disso, como Santos (2021) relata, é a capoeira, onde, mesmo quem não a conhece pode entrar na roda e jogar porque os regramentos da atividade são regidos por ensinamentos de vida. É uma lógica onde a coletividade prevalece e por isso são importantes as cosmopercepções no processo organizativo da sociedade.

Santos (2015) ressalta que desde o período da escravização, os povos africanos ao chegarem no Brasil rebelaram-se contra os colonizadores e na fuga, em alguns casos, acabaram por ocupar um território fixo. Nessa situação, essas comunidades que se fixaram nos territórios enxergavam a terra como sendo de uso comum e tudo que se produzia era utilizado em benefícios de todos conforme a necessidade de cada um. A acumulação só acontecia para benefício da comunidade onde havia provisionamento para períodos de irregularidades climáticas, pelas guerras ou para as festividades.

Em seu texto, Santos também trata sobre como houve a mudança do conceito de quilombo após a promulgação da Lei Áurea, em treze de maio de 1888. O autor refere que o termo quilombo caiu em desuso após a abolição, contudo permaneceu a criminalização e a violência contra essas comunidades, atacando suas formas de resistência e organização comunitárias, mirando seus modos de vida, expressões culturais e territórios.

A relação das comunidades quilombolas com o território, segundo Santos (2015), é comunitária e bio interativa. Quando Santos trata da resignificação do termo quilombo para os dias atuais como uma organização de direito, reivindicada pelos próprios quilombolas, é no sentido de que lutam pela garantia dos seus direitos à terra, mas também a sua relação com ela e as tradições culturais que no território cultivam.

Conforme o autor, "os povos politeístas interagem com suas deusas e deuses e elementos da natureza presente em seus territórios, encontram ali todas as condições naturais e bio interativas para viverem satisfatoriamente [...]" (SANTOS, 2015, p. 97). Essa é a natureza da filosofia comunitária, essa integração entre o ser e os elementos vitais, além de entender que tudo é de todos e não de apenas uma só pessoa.

Santos (2015), em sua escrita, traz constantemente o modo de vida em comunidade desde que os povos africanos chegaram ao Brasil na condição de



escravizados e que formaram comunidades parcerizando com os povos originários. Tais exemplos constituem uma verdadeira demonstração do que é o comunitarismo entre os povos contracoloniais, pois sua reunião em um mesmo espaço caracterizava a ideia de que a terra e o que nela era produzido deveria ser utilizado por todos da comunidade.

Santos (2015) ainda refere que durante o período colonial essas comunidades foram denominadas pelos colonizadores como “mucambos” (p. 48), quilombos, retiros e que a legislação vigente as considerava como organizações criminosas. Se hoje os quilombos não são considerados explicitamente como organizações criminosas, o olhar preconceituoso lançado sobre eles pela sociedade acaba por atribuir-lhes o mesmo sentido do passado.

A MOCAMBO é um espaço de lutas e enfrentamentos cotidianos, que mesmo tendo a documentação em dia junto aos órgãos administrativos das três esferas governamentais, ainda é perseguida pelo governo municipal de todas as formas, com notificações para envio e regularização de documentação comprobatórias de suas atividades como entidade civil em seu território já enviados anteriormente, num jogo de vaivém, onde setores do município adotam a morosidade nos encaminhamentos para a doação do espaço que e em momento anterior, já foi negado para a construção de moradias aos quilombolas. Costuma-se dizer que o que faz um lugar ser bom são as pessoas que vivem nele. São as pessoas que carregam suas histórias, suas memórias e seus ensinamentos, mas é necessário ter um espaço, um lugar para as pessoas permanecerem comungando seus saberes orgânicos.

Para Santos (2021, p. 16), saberes orgânicos são os saberes cosmológicos, “que nos envolvem a partir do *ser*”. O pensador quilombola explica que na chegada forçada dos povos africanos, inicialmente, a comunicação seria dificultada porque os escravizados eram povos de várias etnias e, desta forma, a comunicação oral tornou-se inviável num primeiro momento. No entanto, mesmo com a dificuldade da língua, foi possível comunicar-se com o povo indígena que aqui estava, estabelecendo uma ligação harmoniosa, “uma comunicação da vida para a vida” (SANTOS, 2021, p. 17). Em entrevista para Dandara Rodrigues (2021), aponta que os saberes reconhecidos como científicos são nomeados por ele como “saberes sintéticos” pelo fato de que são voltados para o *ter*. O autor detalha que os povos colonialistas eurocristãos sintetizam tudo que é orgânico para transformá-lo em sintético.

Santos (2021) também afirma na mesma entrevista que uma das concepções a



respeito do termo afro-confluentes diz respeito a nós, africanos, continuarmos misturados, ainda que em espaços físicos e geográficos diferentes. Como exemplo, Antônio Bispo dos Santos cita a conversa com pessoas africanas, relatando que conversam e se comportam de forma semelhante e isto se deve à cosmologia. O autor questiona sobre qual a finalidade de saber o significado de uma coisa e não a sua funcionalidade, ou seja, a operacionalidade dessa coisa. A partir dessa operacionalização da linguagem, podemos defini-la como sintética ou orgânica, desta forma, quando se escreve uma palavra germinante, se pode fazer uma escrita orgânica; quando escrevemos uma palavra teórica, no campo dos conceitos, estamos fazendo uma escrita sintética. Santos disse ainda que a palavra germinante é uma palavra que tem trajetória, é cosmológica e é viva. Já a palavra teórica é uma palavra morta, sem trajetória, estacionária.

Com a ideia de sempre resistir às opressões e manter o apoio umas às outras, podemos dizer que as mulheres da MOCAMBO sempre pensaram em permanecer unidas, e aqui temos o princípio comunitarista em evidência. Nesse sentido, a ideia de quilombo representando espaço para resistência e posicionamento contra as opressões esteve, e está presente, de forma intrínseca na memória dessas mulheres, que, ao se estabelecerem em Porto Alegre, procuraram estar próximas umas das outras, muitas vezes dividindo o mesmo espaço de moradia. Já era, de forma embrionária, o Quilombo da MOCAMBO se estabelecendo em Porto Alegre, mesmo que ainda não tivesse esse nome.

Por esse motivo, buscamos entender em linhas mais detalhadas o conceito do fenômeno quilombo que, conforme a historiadora, professora e ativista Beatriz Nascimento (2018, 2021), ao longo do tempo, foi sofrendo transformações em sua concepção até ser associada a princípios ideológicos. Neste contexto, Beatriz Nascimento (2018, p. 289) aponta que, no final do século XIX, "o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão". Sua mística alimenta o sonho de liberdade de milhares de africanos e seus descendentes escravizados [...] na maioria das vezes por meio da retórica abolicionista" (p. 289).

A autora mostra a reação ao colonialismo cultural reafirmado na busca pela herança africana e na procura de um modelo brasileiro que fosse capaz de reforçar a identidade étnica. O impulsionamento deste movimento se fez pela literatura e oralidade histórica e tinha por objetivo a revisão de conceitos históricos que estavam estereotipados. Beatriz Nascimento faz referência ao grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, que sugeriu o 20 de novembro como data que iria contrapor o 13 de maio por ser esta data do



assassinato de Zumbi e a queda do Quilombo dos Palmares. Seria um acontecimento que marcaria a resistência trazendo uma identificação mais positiva do que a data da abolição da escravatura. A partir desse movimento da propositura do 20 de novembro, debates, pesquisas e outras atividades foram propostas para aprofundar os conhecimentos a respeito dos fenômenos de resistência. Desta forma, "quilombo passou a ser sinônimo de povo negro. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, da atitude à associação, seria Quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança Negra" (NASCIMENTO, 2018, p. 292) Ou seja, evidencia-se o aspecto comunitarista e associativo do quilombismo.

Mariléa de Almeida (2022) apresenta um panorama a respeito do significado do termo quilombo. Em suas pesquisas, a autora entrevista alguns quilombolas que acreditam que a terminação quilombo pudesse fazer com que se voltasse a mesma estrutura do período escravocrata, com senhores donos de escravos. Além disso, a cidadania naquele período estava relacionada ao tom de pele e, desta forma, estar relacionado a descendentes de escravos seria um ponto negativo e de inferioridade racial. Também é importante pontuar que Almeida (2022) traça uma cronologia do Quilombo em termos de disputas semânticas e como isso provocou morosidade junto às instituições governamentais para o reconhecimento de terras aos quilombolas.

Em 2003, o decreto 4887/2003 vai definir os remanescentes de quilombo da seguinte forma:

ART. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, adotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, art. 2).

A partir desta nova definição, para ser considerado quilombo, não era mais necessário depender de critérios restritos, tais como registros de reminiscências, ocupação contínua centenária de terras de antepassados, pois agora estavam inseridos critérios próprios de pertencimento, tais como práticas culturais cotidianas e uso comum da terra. Em convergência com os pensamentos de Almeida, Dealdina (2021) vai reforçar a ideia de que o reconhecimento sobre os direitos dos territórios quilombolas são constantemente descumpridos. Apesar de haver uma legislação mais favorável, é inegável que uma série de fatores que formam os interesses do agronegócio, em se tratando de quilombos localizados nas áreas rurais, e da especulação imobiliária, no caso dos quilombos em áreas



urbanas, impedem a demarcação dos territórios com o apoio do racismo institucional. Tais situações geram conflitos em defesa desses espaços e acarretam violência tanto física quanto mental aos quilombolas.

Exemplo de problemas sofridos pelas comunidades quilombolas foi a ameaça da retirada de seus direitos com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.329/ 2004. Na época, a ação foi movida pelo então Partido da Frente Liberal (PFL), atual União Brasil após a fusão com o partido Social Liberal (PSL), e questionava a constitucionalidade do Decreto 4887/2003. O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, assegurou a constitucionalidade do Decreto, porém, essa indefinição durou 14 anos de espera.

Outro ponto que Almeida (2022, p. 92) apresenta é o fato de que houve a feminização desses territórios e as mulheres se destacam agora como "guardiãs das tradições". Neste cenário, as mulheres quilombolas procuram reinventar-se para fortalecer os laços entre a comunidade e seus territórios e são as responsáveis por criar práticas neste sentido. Como diz Almeida (2022, p. 163): trata-se, portanto, de "contra condutas diante da governamentalidade racista" e isso aproxima-se ao que Santos (2015) chama de contracolônia.

Na concepção dessas mulheres, o pertencimento está intrinsecamente associado ao seu território e aos laços que ele permite manter através da afetividade, onde o entendimento deste se dá na concepção em mais de uma perspectiva, um *continuum* como citam Dionísio e Silveira (2022, p. 236) ao mencionarem:

[...] os grupos quilombolas, cujos territórios se veem entremeados por questões históricas, sociais [...] e culturais, com destaque para o fato de suas terras terem valor simbólico muito presente na constituição e no entendimento dos quilombos como representação da resistência e identidade de seu povo, ao apresentar a dimensão imagética de elementos ancestrais que rememoram e reafirmam a importância da manutenção deste território, enquanto substrato material e imaterial para tais comunidades. Deste modo, [...] a maior parte dos locais apresentam-se revestidos de simbolismos, de maneira que a destituição destes locais aos seus grupos significa a perda de referências do território que são basilares para a construção identitária das comunidades em questão.

Desta forma, pode-se compreender a MOCAMBO no sentido de "terra privilegiada" onde se abrigam descendentes de quilombolas, seus amigos, compadres e comadres, enfim, todos que se somam à luta de preservação do território e querem compartilhar ancestralidade e afeto. Esse privilégio está traduzido nas práticas e vivências



do povo negro que podem ser efetivadas sem restrições nem interferências quando se congrega naquele espaço.

Complementando o conceito de MOCAMBO, há a construção do sentido de Arredores que, na perspectiva das lideranças femininas, se dá pela resistência forjadas em novas diásporas que se reatualizam quando pessoas negras são retiradas de seus territórios. Ao mesmo tempo que se tem a constatação da presença da comunidade negra no bairro Cidade Baixa, também se tem a consciência de que em seus arredores e vizinhanças outros quilombos urbanos se fazem presentes, como o Quilombo do Areal da Baronesa e Quilombo da Família Fidélis.

O Quilombo da MOCAMBO, por localizar-se na Cidade Baixa, acaba por representar e englobar os arredores mais distantes da cidade, que recebeu muitos quilombolas excluídos pelo fenômeno da gentrificação, nos eventos anuais que ocorrem no bairro, como a Marcha Contra a Intolerância Religiosa e a Semana da Consciência Negra, onde vários grupos se fazem presentes. E é devido às relações de compadrio que a MOCAMBO consolidou a ideia de “arredores expandido”, pois a MOCAMBO, de uma forma ou outra, é sempre lembrada e reportada durante as atividades que são desenvolvidas no Largo Zumbi (Cidade Baixa) nesses eventos. Mesmo assim, a insegurança de permanência no espaço que é território sagrado é uma luta constante e ensinada como desafio de continuidade para as novas gerações. Os saberes orgânicos cultivados e transmitidos pelas mulheres quilombolas do estudo reiteram a afetividade e abertura ao que se achega na comunidade, seja pelos laços de familiaridade ou de compadrio, assim como ao que se afasta pelos processos de expulsão e gentrificação, pelos laços nomeados de arredores, alcunhados inclusive no nome da Associação. Esses princípios pedagógicos se coadunam com a proposição da Educação das Relações Étnico-Raciais como política pública no âmbito das Diretrizes Nacionais (2004).

Nas escritas que reunimos, destaca-se a esperança de que a MOCAMBO possa permanecer em seu território, e com a aplicação do conceito de arredores expandido, sirva como um guarda-chuva sociocultural para que aqueles que não têm seu próprio quilombo e necessitam ter acolhida em um local onde possam encontrar suas raízes seguindo os laços ancestrais que nossos mais velhos cultivaram, tratando a todos com amor, mesmo nas precárias condições de sobrevivência que lhe foram impostas. Esse sentimento extrapolou para um amor coletivo, da interação através dos compadrios como se tivessem laços sanguíneos reais.



Conforme a carta escrita pela liderança mais velha da MOCAMBO, a mestra griô Maria Elaine Rodrigues Espíndola: “[...] todos tinham que cuidar de todos. Parecia que tinha algo ao redor (memória, resistências, sonhos). Uns já não moravam próximos, mas não foram esquecidos. [...] Pra não sentir saudades constitui-se dizer que moravam sempre nos arredores [...]” (ESPÍNDOLA, 2023, p. 3).

Era uma forma de permanecer nesse laço invisível e não sentir saudades, então, esse cuidado e essa permanência foram as estratégias que vêm de muito tempo como forma de não deixar o grupo se dispersar. Trata-se de um princípio educativo comunitarista como basilar.

Em suas cartas foi possível observar que a MOCAMBO é um fenômeno constante, é reinvenção da cultura negra no Rio Grande do Sul, mas sempre procurando e buscando a essência africana que permanece guardada na memória, nas nossas células. MOCAMBO é a busca pela reconstrução de um ideal de resistência, tal como Palmares, tal como os quilombos que existem espalhados e insistindo em resistir pelo Brasil, pois essa insistência é o que garante a preservação da memória dos mais velhos e a existência física dos que hoje vivem, mais ainda: é o que vai garantir a existência dos que virão.

É importante lembrar que as comunidades quilombolas se constituem em locus de desenvolvimento social à medida em que por meio da ideia de “patrimônio cultural”, conseguem preservar a tradição e ao mesmo tempo protagonizar as discussões e articulações necessárias para dirimir as dificuldades encontradas. Nem sempre essa demanda está relacionada ao direito à memória, mas sobretudo à necessidade de políticas públicas de combate ao racismo, capazes de garantir justiça e cidadania, saúde e alimentação de base tradicional com vistas à soberania alimentar, saneamento básico, garantia do território e moradia digna, o direito à uma educação pública de qualidade.

A insistência também se dá pela batalha na garantia de um espaço, de um território onde seus antepassados já estiveram e deixaram suas marcas de ancestralidade; deste modo, busca-se a permanência naquele local. É uma forma de continuar existindo e resistindo, pois, MOCAMBO sem quilombola é apenas uma terra, um espaço vazio, e mocambeiro sem quilombo é um ser em constante diáspora que precisa fixar suas raízes para seguir o fluxo normal da vida, compartilhando sua cultura para as novas gerações.



CONCLUSÕES: EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS SINGULARES TECIDAS PELO AFETO E PELA COLETIVIDADE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL QUILOMBOLA

“(...) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial”.
Gilberto Gil³

Os territórios negros (quilombos, mocambos e terras de preto), hoje identificados como comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo possuem diferentes trajetórias históricas carregadas de memórias, de sentidos, de representações do simbólico, com características e elementos que as tornam semelhantes em alguns aspectos. As formas específicas de territorialidade e a compreensão do uso da terra território simbólico, para além da ideia de ser um local apenas para residir e produzir, é um dos principais elementos.

À luz do pensamento afro referenciado de Cunha Júnior (2012), compreendemos que tanto o conceito de quilombos quanto a percepção política, social e econômica sobre essas populações denominadas de quilombos e/ou comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo, ainda que tenham passado por muitas transformações conceituais ao longo da história, têm importante papel político na consolidação das ações do Movimento Negro brasileiro. Na contemporaneidade o conceito de quilombos vem passando por significativo redimensionamento que coaduna com os conceitos de patrimônios culturais e imateriais devido ao seu reconhecimento e posterior definição pela perspectiva da cultura quilombola.

Dessa forma, lidar com os quilombos como comunidades contemporâneas é reconhecer a diversidade de suas origens e também de suas formas atuais, mesmo que simultaneamente se reconheça a existência de elementos comuns como a territorialidade desses grupos, que remete a importância do território como lugar de produção e reprodução social e simbólica, e a ideia de resistência, que se objetiva de diferentes maneiras, seja como engajamento em um movimento

³ Este depoimento de Gilberto Gil encontra-se no artigo Educação e Patrimônio Cultural: por uma nova atitude, de Luiz Fernando de Almeida, atual presidente do IPHAN/Ministério da Cultura, publicado na Revista Por Dentro da História, ano I, no I, Contagem Prefeitura Municipal de Contagem apud ANDRADE, Mariza Guerra. O patrimônio na perspectiva da diversidade. In: Livro I – Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Labepeh/UFMG – Secad/ME – CAED/UFMG, 2010.



político mais amplo, seja pela manutenção de elementos identitários e de memória aos quais se confere essa carga simbólica. Essa mudança de perspectiva também implica que o parâmetro histórico e arqueológico usualmente evocado para a identificação de quilombos, como, por exemplo, vem ocorrendo no âmbito do Iphan, precisa ser relativizado. Pois as marcas do passado do grupo podem, muito bem, ser as próprias ruínas da casa-grande, sem que isso “des-identifique” o grupo enquanto comunidade quilombola. (VAZ, 2014, pp. 22-23).

É importante destacar que os quilombos se constituíram ao longo do tempo, como espaços de educação, memória e identidade, são locais do sagrado, territórios de múltiplas expressões culturais cujo conceito foi pensado no campo da identidade cultural, do território e da permanência histórica. Outrossim, tal conceito está intrinsecamente ligado ao conceito de patrimônio cultural material e imaterial, uma vez que ambos estão ligados à produção da identidade e da territorialidade (LARAIA, 2004).

A experiência de crianças, jovens e adultos nos mais diversos espaços culturais pode atuar no sentido de informar seu olhar, sensibilizar e flexibilizar seu conhecimento e, desse modo, propiciar situações que se configuram como importantes momentos de aprendizagem do ponto de vista cultural, político, ético e estético. (KRAMER; CARVALHO, 2012, p. 25).

As mulheres da MOCAMBO tem em suas práticas a referência da educação pungente em todas as ações que fazem pelo fato de suas lideranças terem cursado Magistério e/ou Licenciatura. O quilombo da MOCAMBO recebe alunos de escolas públicas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para uma forma diferente de educação, não aquela dos bancos escolares, muitas vezes não contempladora das diferenças e necessidades dos estudantes, sobretudo os negros. É aquela pedagogia da Mocambagem⁴, como referiu Duan Kissonde em 2019. Uma pedagogia amorosa, afetiva, onde o partilhar e dividir os alimentos com quem chega no quilombo é habitual. Inclusive os estudantes que já visitaram a MOCAMBO são sempre recebidos com alimento, conforme o costume e as práticas de compadrio tão comuns nessa comunidade.

As benzeduras aprendidas com as mulheres mais velhas, os chás de boldo e macela ingeridos macerados muitas vezes e os alimentos consumidos como se fossem uma celebração à vida em comunidade constituem práticas educativas naquele território e tais ensinamentos são passados aos mais jovens. A própria preservação das plantas do território e o respeito à natureza que vão ao encontro de uma educação biointerativa,

⁴ Termo utilizado pela primeira vez por Duan Porto Barcelos no Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2018.



conforme Santos (2015) constituem confluências com os quilombolas e aqueles que congregam dessa perspectiva.

São práticas culturais e educativas da MOCAMBO para além do seu território os saberes compartilhados nos momentos das arguições das demandas do Orçamento Participativo- OP, Conselho Local de Saúde e Conselho dos Direitos Humanos na cidade de Porto Alegre, entre tantos outros exemplos. Assim aconteceu quando a MOCAMBO conseguiu sensibilizar os delegados do OP para a conquista de um espaço onde pudesse contar e preservar a sua história.

Cunha Junior (2012, p. 162) infere que o quilombo poderia ser definido hoje como um “estudo do patrimônio histórico nacional”. O exercício de preservação da sua história, nos faz compreender o Quilombo da MOCAMBO como um território de construção de memórias individuais e coletivas, das imagens que recuperam a identidade a partir de referências pessoais do aconchego familiar e comunitário, constituindo assim um patrimônio cultural afetivo. Outrossim, é necessário reafirmar o protagonismo das Mulheres Negras enquanto Guardiãs de memórias e sentidos das suas gentes em constante movimento no território da MOCAMBO e seus arredores, e evidenciar o Quilombo da MOCAMBO como um patrimônio cultural a serviço do desenvolvimento local. Em tempos de alta especulação imobiliária e gentrificação de grupos étnicos de seus territórios, a lógica contracolonial prevalece no espaço e a luta pela permanência ainda é necessária atualmente para manter juntos não apenas de suas famílias, mas também a quem pertence aos arredores e faz parte do compadrio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa de. *Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos: 130 anos após a abolição. *Revista Extraprensa*, v. 12, p. 397-416, 2019.

BRASIL. *Decreto no 4887, de 20 de novembro de 2003*. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 003/2004 de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2004.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Quilombo patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 129, p. 158-167, 2012.



DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Jandaíra, 2021

DIONISIO, Pamela Marcia Ferreira Alves; SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá e. Os Territórios de quilombo no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 14, n. ed. especial, p. 232-255, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/article/view/1455>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ESPÍNDOLA, Maria Elaine Rodrigues. [Carta] 30 dez. 2023, Porto Alegre [para] ESPÍNDOLA, Daniela Rodrigues, Porto Alegre.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/1985). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.147-159.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020a.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020b.

KRAMER, Sonia; CARVALHO, Cristina. Dentro e fora do museu: de ser contemplador, colecionador, mediador. In: SANCHES, Janina *et al.* (orgs.). *Artes, Museu e Educação*. Curitiba/PR: CRV, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceito e implicações. IN: TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; GARCIA, Marcus Vinicius Carvalho; GUSMÃO, Rita. (org.). *Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (re) Tradicionalização*. Brasília: UNB, 2004.

MACEDO, José Rivair. Entendendo a diáspora africana no Brasil. In: FERNANDES, Evandro; CIBEL, Nora Cecilia Lima Boccacio; LOPES, Véra Neusa (org.). *Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 22-42.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.



SANTOS, Antônio Bispo dos. Palavras germinantes: entrevista com Nego Bispo. *Identidade*, v. 26, n. 1 e 2. p. 14-26, jan./dez. 2021.

SILVA, Fernanda Oliveira da *et al.* *Pessoas comuns, histórias incríveis: a construção da liberdade na sociedade sul-riograndense*. Porto Alegre: UFRGS: EST Edições, 2017.

VAZ, Beatriz Accioly. *Quilombos e patrimônio cultural: reflexões sobre direitos e práticas no campo do patrimônio*. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

Recebido em: 21.04.2024

Aprovado em: 28.05.2024